

Inquérito Civil

Identificação no SIG: 06.2017.00007486-0

Objeto: apurar irregularidades no comércio de produtos de origem animal no estabelecimento comercial denominado "Mercearia Costa", em razão de fiscalização realizada pela Vigilância Sanitária, no município de Urubici/SC, no ano de 2017.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS N. 0006/2018/PJ/URB

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, pelo Promotor de Justiça em exercício nesta Comarca, no exercício das atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 127, *caput*, e no artigo 129, inciso II e inciso III, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 97, parágrafo único, da Constituição Estadual, no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93 e no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e Mercearia Costa, estabelecimento comercial de titularidade de Álvaro Luiz Costa – ME, inscrito no CNPJ n. 08.944.056/0001-27, situado na Avenida Adolfo Konder, 1.705, Bairro Traçado, Urubici/SC, neste ato representado por Álvaro Luiz Costa, portador da cédula de identidade n. 3045717 e inscrito no CPF/MF sob o n. 035.820.039-30, filho de Olivia Copetti Costa e de Lourival Costa, natural de Urubici, empresário, residente e domiciliado na Avenida Konder, n. 1705, bairro Traçado, Urubici/SC doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, diante das constatações e informações reunidas no **Inquérito Civil n. 06.2017.00007486-0**, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e pelo artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da CRFB/88), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (artigo 129, inciso III e inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e artigo 82, inciso I, da Lei 8.078/90 – CDC);

CONSIDERANDO que, em obediência ao disposto no artigo 5º, XXXII, da Constituição Federal, no sentido de instar o Estado a promover, na forma da lei, a defesa do consumidor, foi publicado, em 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078- CDC);

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção da vida, da saúde e da segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de

produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (artigo 6º, inciso I, do CDC);

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 18, § 6º, inciso II, dispõe que são impróprios ao uso e consumo: os produtos deteriorados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivo à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

CONSIDERANDO que o artigo 39, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor estabelece que é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (...);

CONSIDERANDO que o § 1º artigo 55 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, a industrialização, a distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual n. 31.455/87, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei n. 6.320/83, os quais dispõem sobre alimentos e bebidas;

CONSIDERANDO que a ingestão de produtos impróprios para o consumo pode ocasionar sérios problemas de saúde aos consumidores, podendo levar, inclusive, à morte;

CONSIDERANDO que foi firmado um Termo de Cooperação Técnica envolvendo o Ministério Público, as Secretarias de Estado da Fazenda, do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Saúde, da Segurança Pública, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina, cujo objeto é a fixação de critérios e normas de ação conjunta, por meio dos órgãos envolvidos, para a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal (carne, pescado, leite e seus derivados), visando à garantia da qualidade e segurança para o consumo e à preservação ambiental;

CONSIDERANDO que no dia 29 de junho de 2017 os Fiscais da Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria Municipal da Saúde, por meio de ação fiscalizatória desencadeada pelo Programa de Proteção

Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal (POA), constataram algumas irregularidades no estabelecimento do **COMPROMISSÁRIO** consistentes na exposição à venda de 10 quilogramas e 680 gramas de mel sem procedência e rotulagem, bem como 4 quilogramas e 975 gramas de queijo com S.I.M de outro município, conforme Auto de Intimação n. 0012/A;

RESOLVEM celebrar o presente

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

1. O **COMPROMISSÁRIO** **compromete-se** a cumprir as exigências exaradas pelas autoridades sanitárias no que toca às irregularidades constatadas durante a vistoria efetuada em seu estabelecimento, conforme descrito no Auto de Intimação n. 0012, Série A.

2. O **COMPROMISSÁRIO** **compromete-se** a comercializar (receber, ter em depósito, vender, etc.) somente produtos próprios e adequados ao consumo, conforme legislação federal, estadual e municipal vigentes, bem como a manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos a consumo no que se refere ao prazo de validade, procedência, selos de fiscalização e temperatura, evitando a venda de produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, daqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição, apresentação ou acondicionamento.

3. Para a comprovação do avençado nesta cláusula primeira, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação e de infração ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIAS E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

4. O **COMPROMISSÁRIO**, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, **compromete-se**, ainda, a

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE URUBICI

recolher o valor de R\$ 200,00, até o dia 5/8/2018, em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante pagamento de boleto a ser expedido pela compromitente.

4.1. Para a comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO compromete-se** a encaminhar à Promotoria de Justiça cópia do boleto devidamente quitado, em até 15 (quinze) dias após o prazo estabelecido no item acima.

CLÁUSULA TERCEIRA – CLÁUSULA PENAL

5. Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, o **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito à multa de R\$ 5.000,00 cada vez que descumprir quaisquer das obrigações deste instrumento, cujo valor será atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o dia de cada prática infracional até o efetivo desembolso, revertendo o valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

5.1. Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão somente, relatório, auto de constatação e de infração ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6. O **MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se** a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

7. As partes elegem o foro da Comarca de Urubici/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e do artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil, sendo que o posterior arquivamento do Inquérito Civil n. **06.2017.00007486-0** será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público conforme determinado pelo artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85.

Dessa forma, por estarem assim compromissados, firmam o presente TAC em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial (artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85), cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Urubici/SC, 16 de julho de 2018.

Diogo André Matsuoka Azevedo dos Santos
Promotor de Justiça

Álvaro Luiz Costa
Compromissário

Álvaro Luiz Costa – ME (Mercearia Costa)
Compromissário

Testemunhas:

Gunter de França Nast

Assistente de Promotoria